



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Sul**

Balanço Geral do IFRS

Notas Explicativas do IFRS

2º Trimestre/2018

Bento Gonçalves, 2018

NEIFRS

2018

REITOR

Julio Xandro Heck

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tatiana Weber

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Cristiano dos Santos

DIRETORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Rosane Fabris

Chefe do Departamento de Contabilidade

Luiz Antônio Hining

EQUIPE TÉCNICA – contadores

Ademir Gautério Troina Junior

Cristiane Ancila Michelin

Elisangela Batista Maciel

Jane Marusa Nunes Luiz

Luciana Lopes de Freitas

Lidiane Zambenedetti

Luis Fernando Espinosa de Farias

Magali Teresinha da Silva

Maicon Goulart Morales

Marinez Mauer

Patricia Kissner

Pedro Sergio Mendes Leite

Roberto Russell Fossati

Robson da Silva Telles

Tatiane Berenice Gomes

Notas Explicativas

1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (DCON IFRS) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON IFRS consolidam as contas das Unidades Gestoras integrantes do Órgão.

As estruturas e a composição das DCON IFRS estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;
- VII. Notas Explicativas.

2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(d) Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(j) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(k) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 1º trimestre de 2018, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 30/06/2018, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, 87,13% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2017:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	163.338,59	157.915,37	3,43	12,87
Recursos Liberados pelo Tesouro	1.105.911,03	1.095.800,38	0,92	87,13
Total	1.269.249,62	1.253.715,75	4,36	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(a) Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade de caução.

(b) Recursos Liberados pelo Tesouro

A seguir está representada a composição dos recursos liberados pelo tesouro perfazendo, em maior montante, os Recursos não financeiros diretamente arrecadados, equivalente à receita própria do órgão, em 96% do total de recursos do 2º trimestre de 2018.

Tabela 2 - Recursos Liberados pelo Tesouro - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.065.517,67	1.046.332,91	1,83	96,35
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	24.845,65	47.582,33	- 47,78	2,25
CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICO	9.687,03	1.885,14	413,86	0,88
RECURSOS ORDINARIOS	5.860,68	-		0,53
Total	1.105.911,03	1.095.800,38	0,92	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

5 – Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo do IFRS no 2º trimestre de 2018 podem ser divididos em dois grupos, conforme segue, sendo composto de Adiantamentos concedidos, em 99% do total:

Tabela 3 - Créditos a Curto Prazo - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Clientes	5.878,00	5.878,00	-	0,05
Adiantamentos Concedidos	13.054.013,05	5.134.527,88	154,24	99,95
	-	-	#DIV/0!	-
Total	13.059.891,05	5.140.405,88	154,06	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(a) Clientes

“Clientes” são Faturas ou Duplicatas a Receber de vendas a prazo realizadas pelo Campus Bento Gonçalves, anteriores a 2011 e 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 31/06/2018. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento.

(b) Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei. A Tabela 4 a seguir representa a composição dos Adiantamentos Concedidos no 2º trimestre.

Tabela 4 - Adiantamentos Concedidos - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
13 Salario - adiantamento	10.041.667,82	4.241.473,31	136,75	76,92
Adiantamento de Férias	2.599.595,84	-	#DIV/0!	19,91
Salários e Ordenados - pagamento antecipado	387.749,39	893.054,57	- 56,58	2,97
Suprimento de Fundos - adiantamento	25.000,00	-	#DIV/0!	0,19
Total	13.054.013,05	5.134.527,88	154,24	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

6 – Estoques

Os estoques do IFRS estão distribuídos conforme seguem:

Tabela 5 - Estoques - Composição

	R\$			
	30/06/2017	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Mercadorias para Revenda	-	51.704,75	- 100,00	-
Almoxarifado	3.514.854,69	3.583.724,18	- 1,92	94,62
Outros estoques	199.667,77	373.540,31	- 46,55	5,38
Total	3.714.522,46	4.008.969,24	- 7,34	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(a) Mercadorias para Revenda

Corresponde a saldo anterior registrado no Campus Bento Gonçalves, decorrente de valor transferido por fusão, cisão e extinção de órgãos (CEFET Bento Gonçalves), baixado em maio/2018 sob alegação de lançamento original em desacordo com bens em efetivo estoque.

(b) Almojarifado

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais de almojarifado em elaboração, em Almojarifado, no total de 94% do total de Estoques.

(c) Outros estoques

Os outros estoques do IFRS estão distribuídos conforme segue:

Tabela 6 - Outros Estoques - Composição

	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)	R\$
Materiais de Acondicionamento e Embalagem	-	46.495,92	- 100,00	-	-
Estoques para Distribuição	1.151,44	1.151,44	-	0,58	-
Estoques para Doação e/ou Permuta	198.516,33	162.114,57	22,45	99,42	-
Estoques de Produtos para Pesquisa	-	163.778,38	- 100,00	-	-
Total	199.667,77	373.540,31	- 46,55	100,00	

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(c1) Materiais de Acondicionamento e Embalagem

Corresponde a saldo anterior registrado no Campus Bento Gonçalves, baixado no mês de maio/2018 pela nota de sistema 1210, sob alegação de lançamento incorreto.

(c2) Estoques para Distribuição

Saldo refere-se à estoque de medalhas adquiridas em setembro e novembro de 2017 para premiações em eventos científicos de 2017 do Campus Canoas.

(c3) Estoques para Doação e/ou Permuta

Saldo refere-se à estoque nas diversas Unidades do Órgão de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos.

(c4) Estoques de Produtos para Pesquisa

Saldo refere-se à estoque de vegetais sob controle irregular no Campus Bento Gonçalves. O respectivo saldo foi regularizado em 26/04/2018, pela Nota de Sistema de número 715.

7 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de despesas pagas antecipadamente à título de prêmio de seguros, com maior representatividade, assinaturas e anuidades, tributos e serviços, com evolução de saldo conforme segue:

Tabela 7 - VPD Paga Antecipadamente - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar	6.337,59	32.144,10	- 80,28	29,04
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	5.433,63	2.408,00	125,65	24,90
Tributos Pagos a Apropriar	7.908,36	-	#DIV/0!	36,24
Demais VPD a Apropriar	2.145,05	5.025,10	- 57,31	9,83
Total	21.824,63	39.577,20	- 44,86	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

8 – Imobilizado

O Imobilizado do IFRS está segregado em dois grupos: (i) bens móveis e; (ii) bens imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 30/06/2018 e em 31/12/2017.

Tabela 8 - Imobilizado - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	54.567.376,41	55.820.797,21	- 2,25	19,02
(+) Valor Bruto Contábil	99.585.344,77	97.758.822,81	1,87	34,71
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	- 45.017.968,36	- 41.938.025,60	7,34	15,69
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	#DIV/0!	-
Bens Imóveis	232.334.796,87	208.661.153,93	11,35	80,98
(+) Valor Bruto Contábil	233.167.790,50	209.208.109,46	11,45	81,27
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	- 832.993,63	- 546.955,53	52,30	0,29
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	#DIV/0!	-
Total	286.902.173,28	264.481.951,14	8,48	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 30/06/2018 totalizavam R\$ 54,5 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 9 - Bens Móveis - Composição

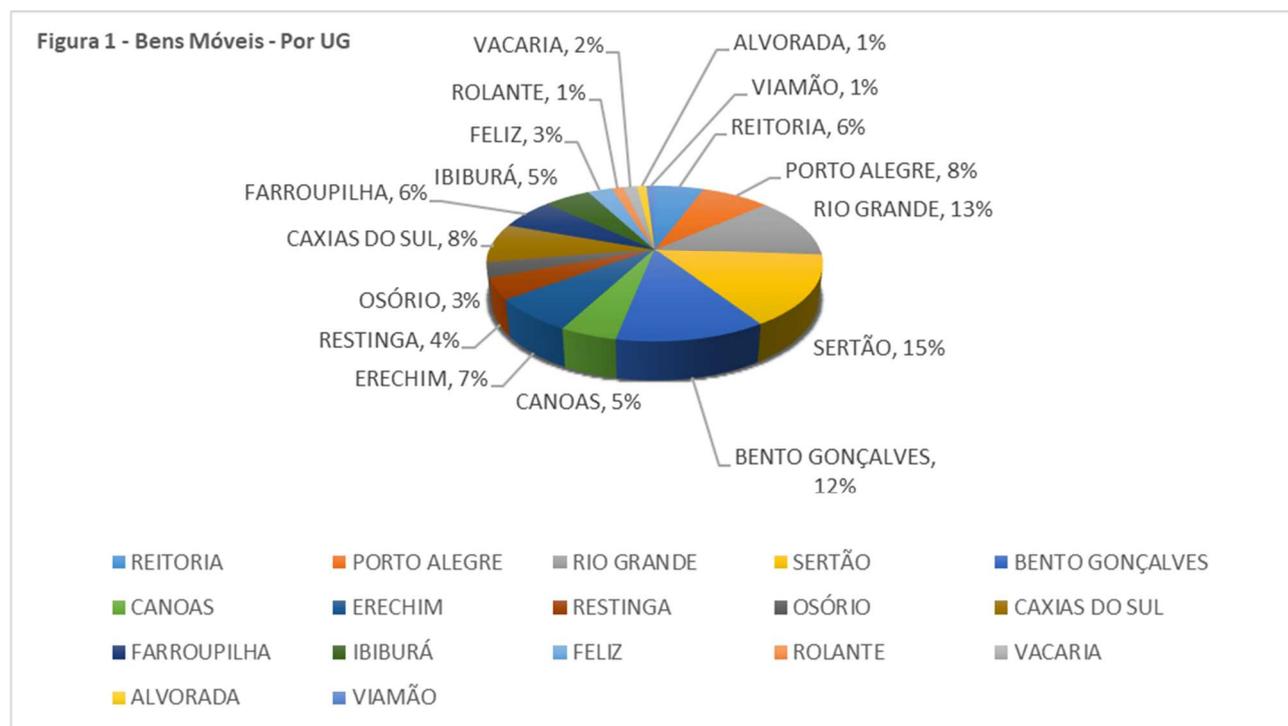
	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	34.269.744,68	33.668.159,95	1,79	62,80
Bens de Informática	23.507.010,82	23.394.213,79	0,48	43,08
Móveis e Utensílios	21.205.774,75	20.926.342,55	1,34	38,86
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	10.869.574,33	10.176.362,55	6,81	19,92
Veículos	5.622.893,61	5.591.205,61	0,57	10,30
Demais Bens Móveis	4.040.868,13	3.917.734,91	3,14	7,41
Semoventes e Equipamentos de Montaria	69.478,45	84.803,45	- 18,07	0,13
Depreciação / Amortização Acumulada	-45.017.968,36	-41.938.025,60	7,34	82,50
Total	54.567.376,41	55.820.797,21	- 2,25	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Em 30/06/2018, verifica-se uma redução dos saldos líquidos, de bens móveis no âmbito do IFRS de aproximadamente R\$ 1,25 milhão, representando uma variação negativa de aproximadamente 2,25% em relação a 31/12/2017, decorrentes dos lançamentos de depreciação e amortização.

No segundo trimestre de 2018, percebeu-se uma diminuição do saldo contábil referente à baixa de bens semoventes realizada pelo Campus Bento Gonçalves em razão de que não foram encontrados no inventário/2016, resultando em processo de sindicância que após julgamento e conclusões recomendou a baixa efetuada pela nota de sistema 971 de 27 de abril de 2018.

Os bens móveis estão distribuídos por Unidades Gestoras, a valores brutos, conforme demonstrado na figura a seguir.



Fonte: SIAFI, 2018.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS, em 30/06/2018, totalizavam aproximadamente R\$ 232,3 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Bens Imóveis - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	194.913.547,60	166.178.520,86	17,29	83,89
Bens de Uso Especial Não Registrado	14.950,00	-	#DIV/0!	0,01
Bens Imóveis em Andamento	38.082.973,62	42.873.269,32	- 11,17	16,39
Instalações	156.319,28	156.319,28	-	0,07
Deprec. / Amort. Acum. De Bens Imóveis	- 832.993,63	546.955,53	- 252,30	- 0,36
Total	232.334.796,87	209.755.064,99	10,76	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 83,89% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS, perfazendo o montante aproximado de R\$ 194,9 milhões, em 30/06/2018, a valores brutos.

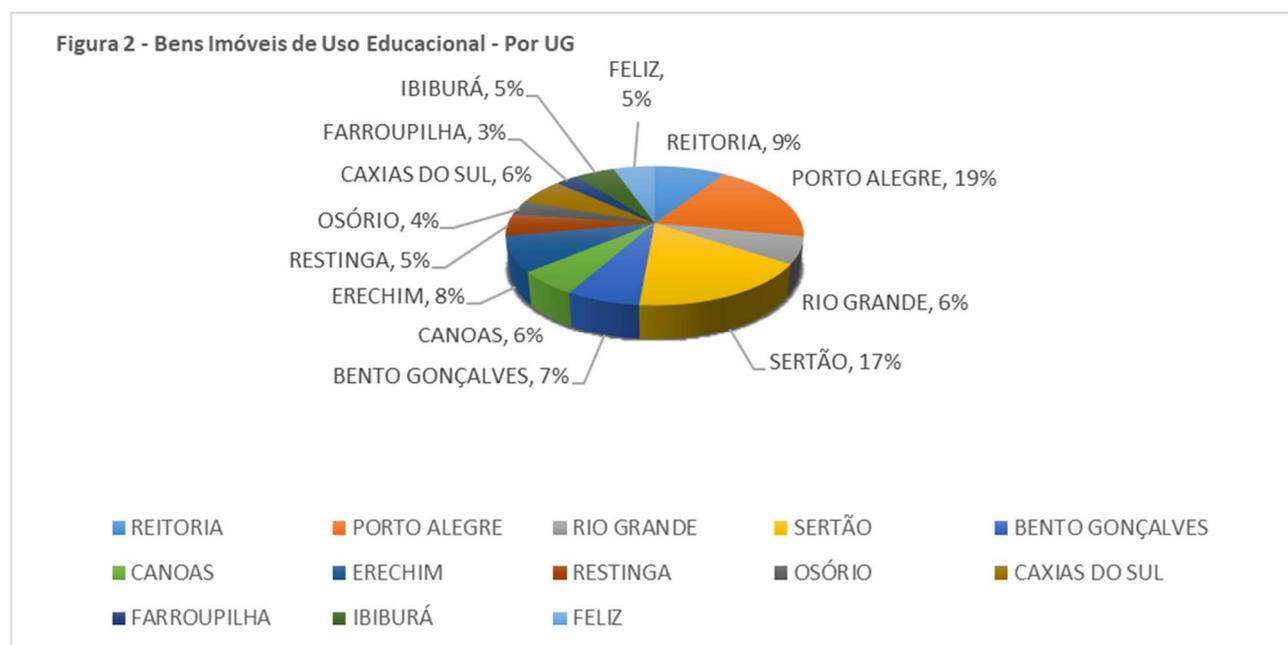
Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do IFRS são constituídos de imóveis de uso educacional, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial - Composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Imóveis de Uso Educacional	179.426.518,14	71.976.282,69	149,29	92,05
Edifícios	8.678.153,47	17.580.244,49	- 50,64	4,45
Autarquias / Fundações	6.808.875,99	40.458.908,26	- 83,17	3,49
Total	194.913.547,60	130.015.435,44	49,92	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Os Bens Imóveis de Uso Educacional estão distribuídos por Unidade Gestora de acordo com a figura a seguir.



Fonte: SIAFI, 2018.

Campus Porto Alegre

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 19% correspondem ao Bem Imóvel de Uso Educacional do Campus Porto Alegre, avaliado em R\$ 33,8 milhões, correspondente ao edifício Ulbra Saúde Porto Alegre, de 10 pavimentos, sede da estrutura administrativa e de ensino do campus em Porto Alegre a partir da doação, Portaria MPOG de número 500, de 11/12/2013, publicada no Diário Oficial da União em 13/12/2013.

Campus Sertão

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 17% correspondem aos Bens Imóveis de Uso Educacional do Campus Sertão, avaliados em R\$ 30,6 milhões, correspondente, principalmente, a fração de terra e mato destinada a agricultura, pecuária e benfeitorias: casas de moradias, oficina mecânica, garagem para veículos, marcenaria, lavanderia, depósito de veneno, alojamentos, oratório, refeitório, padaria, ginásio de esporte, prédio administrativo com salas de aula e laboratório, biblioteca com laboratório de informática, um prédio bloco A2 com 8 salas de aula, ambulatório, almoxarifado com posto de vendas, centro de artes culturas e integração, 9 salas de aula nos setores de agricultura e pecuária (agricultura I, II, III, zootecnia I, II, III, irrigação e drenagem

e agroindústria), depósito de insumos, silo e beneficiamento de grãos, fábrica de ração, aviário de corte, aviário de postura, agroindústria (abatedouro, sala de vegetação e sala do leite) suíno, ovino, cunicultura e central de inseminação de ovinos, aviário de corte experimento/ consumo da escola, sala de aula e laboratório fitopatologia e entomologia, prédio com salas de coordenação dos cursos superiores, salas de aula e administrativas dos cursos superiores, prédio do restaurante terceirizado, prédio com sala de aula licenciatura, centro de memória, guarita e pórtico de entrada curso superior, guarita e pórtico de entrada do prédio central.

9 – Intangível

O Ativo Intangível do IFRS, em 30/06/2018, totalizou R\$ 891.930,91, estando distribuído em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 12 - Intangíveis

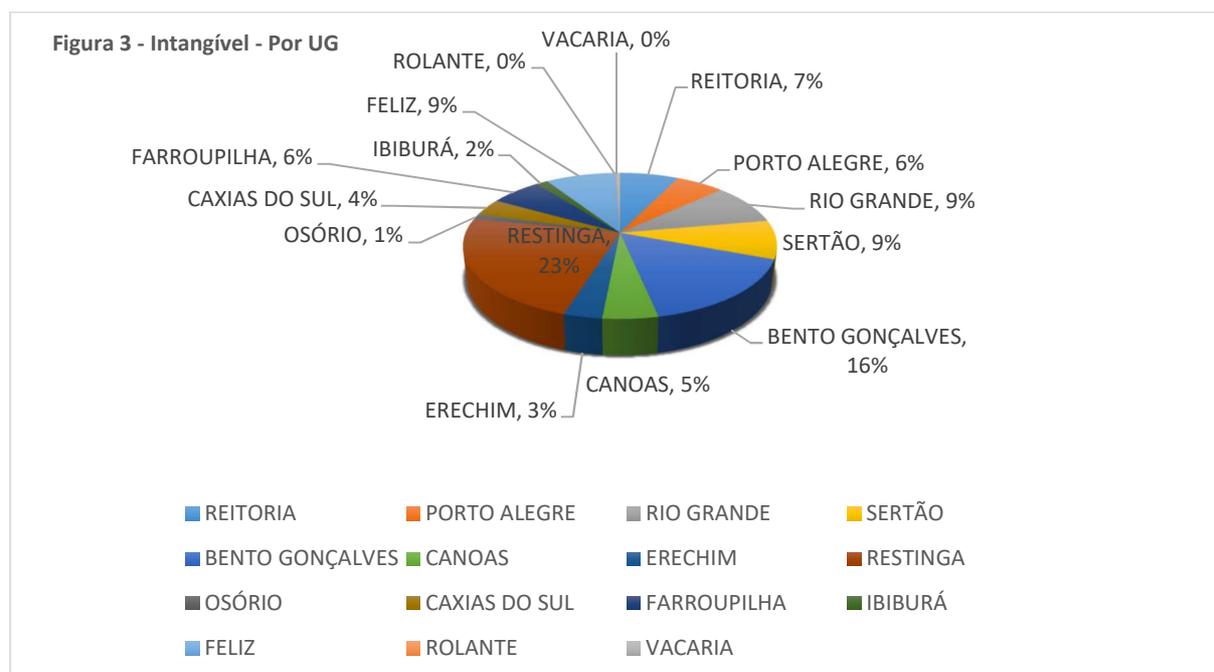
	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Softwares com Vida Útil Definida	956.748,27	660.365,17	44,88	107,27
Softwares com Vida Útil Indefinida	389.769,79	387.804,79	0,51	43,70
Amortização Acumulada	-	454.587,15	-	377.949,56
Total	891.930,91	670.220,40	33,08	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Considerando-se os saldos brutos das contas do Intangível (antes dedução da amortização acumulada), o item mais representativo é o título “Softwares com Vida Útil Definida”, representando cerca de 71% do total, em 2018.

Por outro lado, houve um acréscimo de R\$ 297 mil, o que representou 44,88%, no item Software com Vida Útil Definida, devido ao lançamento de ajuste efetuado pelo Campus Restinga, transferindo valores lançados equivocadamente como Bens de Informática, através da NS 1135 de 01 de maio de 2018.

A figura a seguir demonstra a composição do Intangível por Unidade Gestora, em 30 de junho de 2018.



Fonte: SIAFI, 2018.

Embora nem todas as contas de software tenham em suas informações complementares a indicação do fornecedor, constatou-se que, entre os valores mais representativos no âmbito do IFRS, R\$ 146.600,00 (13,9%) referem-se ao software Network server edition Windows 456-101-761 autocharger, da Microlog LTDA, adquirido pelo campus Bento Gonçalves para os registros acadêmicos e, R\$ 110.452,90 (10,5%) referem-se a licenças de uso do Windows 2010, para utilização nos computadores do campus Feliz, fornecidos pela Microsoft Informática LTDA.

10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

A tabela a seguir demonstra a composição das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no IFRS.

Tabela 13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais - composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	4.180,66	-	#DIV/0!	0,04
Décimo Terceiro Salário a Pagar	8.889.102,07	163.233,94	5.345,62	76,64
Férias a Pagar	2.704.886,88	-	-	23,32
Total	11.598.169,61	163.233,94	7.005,24	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

11 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 30/06/2018, o IFRS apresentou um saldo de R\$ 4,723 milhões de obrigações a curto e longo prazo, sendo 99,94% do total de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.

Tabela 14 - Obrigações a Curto e Longo Prazo - composição

	R\$			
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.065.459,13	909.568,86	237,02	64,90
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22.638,02	-	-	0,48
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.632.300,20	252.743,04	545,83	34,56
Subtotal - Curto Prazo	4.720.397,35	1.162.311,90	306,12	99,94
Demais Obrigações a Longo Prazo	2.619,60	2.619,60	-	0,06
Subtotal - Longo Prazo	2.619,60	2.619,60	-	0,06
Total	4.723.016,95	1.164.931,50	305,43	100,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

A maior parte do passivo do IFRS com obrigações a curto e longo prazo se refere a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que representam 64,9% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Na tabela a seguir, são listadas as Unidades Gestoras com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar a curto prazo na data base de 30/06/2018. A Reitoria e o Campus Sertão destacam-se entre as Unidades com os maiores saldos a pagar (respectivamente 16,34% e 13,35% do total a ser pago).

Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante

	R\$			
	30/06/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
IF DO RS	500.764,43	16,34%	36.267,27	3,99%
IFRS/CAMPUS P.ALEG.	198.530,67	6,48%	63.337,26	6,96%
IFRS/CAMPUS R.GRAND	190.966,70	6,23%	0,00	0,00%
IFRS/CAMPUS SERTAO	409.373,62	13,35%	43.239,29	4,75%
IFRS/CAMPUS B.GONC.	330.769,32	10,79%	31.653,32	3,48%
IFRS/CAMPUS CANOAS	139.378,84	4,55%	95.698,89	10,52%
IFRS/CAMPUS ERECHIM	100.243,97	3,27%	25.808,86	2,84%
IFRS/CAMPUS PA REST	155.149,08	5,06%	79.982,52	8,79%
IFRS/CAMPUS OSORIO	148.558,03	4,85%	2.220,00	0,24%
IFRS/CAMPUS CAXIAS	239.573,76	7,82%	2.593,56	0,29%
CAMPUS FARROUPILHA	123.362,35	4,02%	0,00	0,00%
CAMPUS IBIRUBA	178.853,20	5,83%	28.950,86	3,18%
IFRS/CAMPUS FELIZ	61.073,06	1,99%	4.381,46	0,48%
CAMPUS ROLANTE	55.122,86	1,80%	62.241,37	6,84%
CAMPUS VACARIA	44.069,23	1,44%	68.308,92	7,51%
CAMPUS ALVORADA	104.851,53	3,42%	46.819,57	5,15%
CAMPUS VIAMAO	84.818,48	2,77%	318.065,71	34,97%
Total	3.065.459,13	100%	909.568,86	100%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

O saldo da conta fornecedores e contas a pagar em 31/03/2018 aumentou 237,02% em comparação a 31/12/2017, ou seja, R\$ 2,1 milhões. A Reitoria foi responsável por um acréscimo de R\$ 464 mil nesta obrigação.

Em 30/06/2018, 348 fornecedores possuíam créditos com o IFRS. Desse total, 15 fornecedores (4,3%) representaram 37,45% do saldo dessa obrigação, apresentados na tabela adiante, totalizando R\$ 1,14 milhões do saldo total dessa conta.

Tabela 16 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor e UG Contratante

Fornecedor Contratado	UG Contratante	R\$	
		30/06/2018	AV (%)
AVMB - CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA.	REitoria	338.575,30	11,04%
ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA	Campus Porto Alegre	89.946,82	2,93%
RAMA CONSTRUCOES LTDA - ME	Campus Restinga	87.033,48	2,84%
CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA - ME	Campus Sertão	65.380,08	2,13%
LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	Campus Alvorada	64.193,34	2,09%
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	Campus Viamão	63.234,33	2,06%
ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA	Campus Canoas	58.318,38	1,90%
A.F. DOS SANTOS SERVICOS - ME	Campus Farroupilha	56.960,71	1,86%
FASTLAN SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA. - ME	Campus Caxias Sul	56.633,20	1,85%
RIO GRANDE ENERGIA SA	Campus Sertão	53.671,64	1,75%
L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	REitoria	45.687,15	1,49%
VIGITEC SEGURANCA LTDA	Campus Rio Grande	44.518,59	1,45%
IPQ TECNOLOGIA LTDA	Campus Rio Grande	42.281,57	1,38%
INCONFIDENCIA LOCADORA DE VEICULOS E MAO-DE-OBRA LTDA	Campus Porto Alegre	41.252,17	1,35%
PAVISUL LOCACOES E SERVICOS LTDA. - EPP	Campus Osório	40.393,60	1,32%
OUTROS FORNECEDORES	Diversos	1.917.378,77	62,55%
Total		3.065.459,13	100%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

(b) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Do total das obrigações fiscais a curto prazo do IFRS, 96,84% refere-se a reconhecimento de passivos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 do Campus Porto Alegre, totalizando R\$ 21.922,50, em 30/06/2018.

(c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS registrou aumento de R\$ 1.379.557,16 nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a 546%, em razão de compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFRS, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

Tabela 17 - Demais Obrigações a Curto Prazo - Composição

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Incentivos a educação, cultura e outros	800.927,77	49,07%	29.492,00	11,67%	2615,75%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	189.647,60	11,62%	-	0,00%	#DIV/0!
Depósitos e cauções recebidos	160.718,99	9,85%	155.295,77	61,44%	3,49%
Impostos e Contribuições Diversas Devidas ao T	138.427,97	8,48%	16.352,26	6,47%	746,54%
Depósitos retidos de fornecedores	133.206,50	8,16%	24.551,77	9,71%	442,55%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores - INTRA	60.715,00	3,72%	-	0,00%	#DIV/0!
Retenção previdenciária - FRGPS	50.485,04	3,09%	18.313,88	7,25%	175,67%
ISS	43.860,87	2,69%	8.602,00	3,40%	409,89%
Diárias a pagar	27.689,53	1,70%	135,36	0,05%	20356,21%
Saque - cartão de pagamento do governo federal	12.291,87	0,75%	-	0,00%	#DIV/0!
Indenizações, restituições e compensações	9.076,69	0,56%	-	0,00%	#DIV/0!
Fatura - cartão de pagamento do governo federal	3.825,18	0,23%	-	0,00%	#DIV/0!
Glosa de Encargos Trabalhistas	1.427,09	0,09%	-	0,00%	#DIV/0!
Total	1.632.300,10	100%	252.743,04	100%	546%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Do total dessa obrigação, 49,07% é composto por incentivos a educação, cultura e outros, dos quais 21,9%, R\$ 175.781,50, refere-se à obrigação do Campus Sertão e, 12,28%, R\$ 98.296,00, do Campus Bento Gonçalves.

(d) Demais Obrigações a Longo Prazo

A totalidade das obrigações a longo prazo do IFRS é composta pela apropriação da garantia contratual por depósito em garantia-caução, contrato 30/2015 do campus Porto Alegre com a Oi S.A., no valor de R\$ 2.619,60, que garante as obrigações até 3 meses após o término do aditivo 03/2018, com vigência até 01/04/2019.

12 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/06/2018 foi superavitário em R\$ 15,4 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 18 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$ milhares		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	251.449	209.873	20%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	236.018	212.367	11%
Resultado Patrimonial do Período	15.431 -	2.494	

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve uma inversão de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Até o segundo trimestre de 2017, o resultado foi negativo em R\$ 2,5 milhões, ao passo que, no mesmo período de 2018, o resultado foi positivo em R\$ 15,4 milhões, implicando uma melhora da ordem de R\$ 17,9 milhões. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Melhora no Resultado Valorativo de Ativos (confronto entre VPA de Valorização e Ganhos com Ativos x VPD de Desvalorização e Perda de Ativos) na ordem de 2.492%;
- II. Aumento nas VPD's tributárias na ordem de 81% e;
- III. Aumento em Outras VPD's na ordem de 30%.

Os grupos relacionados ao desempenho valorativo de ativos (Valorização e Ganhos com Ativos e Desvalorização e Perda de Ativos), quando associados em conjunto (Resultado Valorativo de Ativos), apresentaram uma melhora expressiva da ordem de 2.492%, o que representa uma melhora do resultado em cerca de R\$ 22 milhões.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas do resultado valorativo de ativos apurados até junho/2018, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

Tabela 19 - Resultado Valorativo de Ativos Apurado na DVP

	R\$		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Valorização e Ganhos com Ativos (I)	28.855.477,18	1.067.047,67	2604%
Reavaliação de bens imóveis	28.758.526,82	-	
Ganhos com incorporação de ativos	84.406,93	1.066.085,18	-92%
Ganhos com desincorporação de passivos	12.543,43	962,49	1203%
Desvalorização e Perda de Ativos (II)	5.930.640,22	182.434,92	3151%
Reavaliação de bens imóveis	23.500,08	-	
Perdas involuntárias de bens móveis	52.340,72	-	
Incorporação de passivos	59.112,50	158.820,75	-63%
Desincorporação de ativos	5.795.686,92	23.614,17	24443%
Resultado Valorativo de Ativos (I) - (II)	22.924.836,96	884.612,75	2492%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

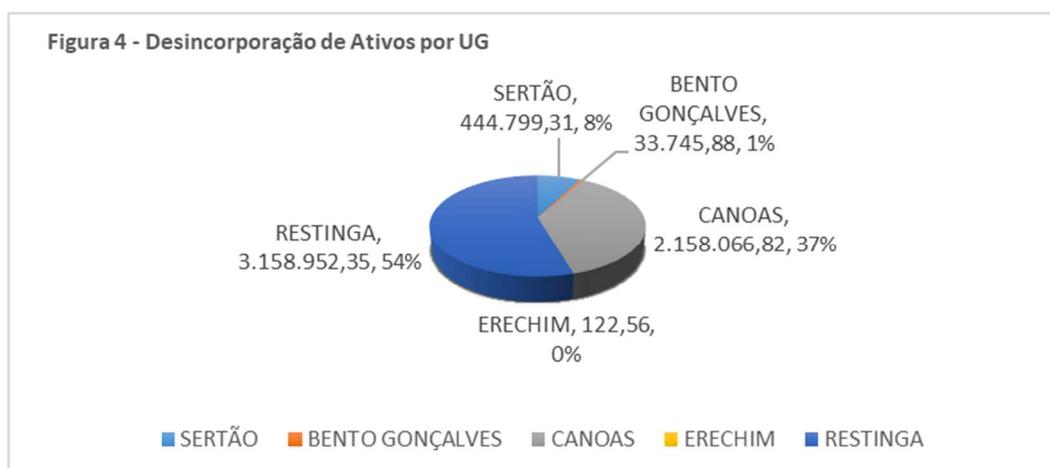
Tabela 20 - Variação do Resultado Valorativo de Ativos - Junho 2018 x Junho 2017

	R\$
	Variação
Reavaliação de bens imóveis	28.735.026,74
Desincorporação de ativos	- 6.753.751,00
Incorporação de passivos	111.289,19
Perdas involuntárias de bens móveis	- 52.340,72
Resultado Valorativo de Ativos (I) - (II)	22.040.224,21

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

A Variação do Resultado Valorativo de Ativos mais importante foi a relacionada a Reavaliação de Bens Imóveis, com variação positiva de cerca de R\$ 28,7 milhões. Estas são provenientes de reavaliações de imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, sob a responsabilidade e realizada pela Diretoria de Planejamento e Obras do IFRS.

Outra variação relevante foi a decorrente da Desincorporação de Ativos que apresentou, até o segundo trimestre de 2018, uma variação negativa de R\$ 6,7 milhões. Tais valores são demonstrados por Unidade Gestora na figura que segue e correspondem, em quase totalidade, conclusões das obras em andamento, objetos de reavaliação dos bens imóveis citados no parágrafo anterior.



Fonte: SIAFI, 2018

Houve, também, aumento significativo nas VPD's tributárias, Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, na ordem de 81%, com destaque para Taxas, com elevação de 184,6%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 21 - Variações Patrimoniais Diminutivas - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	30/06/2017	AV (%)	AH (%)
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	561,36	0,94%	1.992,04	6,02%	-71,82%
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	-	0,00%	40,87	0,12%	-100,00%
Imposto s/ Propriedade Territorial	-	0,00%	25,00	0,08%	-100,00%
Imposto s/ Produtos Industrializados	195,51	0,33%	289,61	0,87%	-32,49%
Taxas	51.831,23	86,40%	18.211,18	55,02%	184,61%
Contribuições Sociais	4.545,82	7,58%	11.343,27	34,27%	-59,92%
Contribuição p/ Serviço de Iluminação Pública	2.854,92	4,76%	1.198,22	3,62%	138,26%
Total	59.988,84	100%	33.100,19	100%	81%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Em relação às Taxas, que experimentou uma variação na ordem de R\$ 33.620,05, equivalente a 184,61% em relação ao mesmo período anterior, R\$ 30.999,28 referem-se à Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCL) 2016, 2017 e 2018, registrados pelo Campus Porto Alegre, representando 92,28% do total da variação.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram variação relevante com impacto no Resultado Patrimonial do IFRS, na ordem de 30%, conforme demonstradas a seguir, e estão diretamente relacionadas à Bolsa de Estudos no País, no montante de R\$ 4,9 milhões, com variação na ordem de 22,62%.

Tabela 22 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	30/06/2017	AV (%)	AH (%)
Bolsa de Estudos no País	4.994.303,06	87,99%	4.073.075,85	93,52%	22,62%
Bolsa de Estudos no Exterior	28.341,50	0,50%	14.000,00	0,32%	102,44%
Auxílio p/ Desenvolvimento de Estudos	144.439,00	2,54%	96.222,46	2,21%	50,11%
Incentivo à Ciência	477.089,33	8,41%	138.505,28	3,18%	244,46%
Indenizações e Restituições	31.990,83	0,56%	33.698,77	0,77%	-5,07%
Total	5.676.163,72	100%	4.355.502,36	100%	30%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Tabela 23 - Bolsa de Estudos no País Distribuídas por UG

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	30/06/2017	AV (%)	AH (%)
Campus Rio Grande	700.536,00	14,03%	577.129,98	14,17%	21,38%
Campus Sertão	667.368,00	13,36%	446.275,00	10,96%	49,54%
Campus Porto Alegre	487.560,00	9,76%	425.614,00	10,45%	14,55%
Campus Restinga	417.172,33	8,35%	478.660,00	11,75%	-12,85%
Campus Erechim	344.610,70	6,90%	240.241,72	5,90%	43,44%
Campus Caxias do sul	311.960,01	6,25%	263.943,67	6,48%	18,19%
Campus Osório	297.529,00	5,96%	258.711,85	6,35%	15,00%
Campus Rolante	256.223,00	5,13%	244.239,95	6,00%	4,91%
Campus Canoas	238.344,00	4,77%	215.340,00	5,29%	10,68%
Campus Viamão	235.747,12	4,72%	170.638,30	4,19%	38,16%
Campus Bento Gonçalves	218.119,00	4,37%	169.866,26	4,17%	28,41%
Campus Alvorada	197.280,00	3,95%	87.315,00	2,14%	125,94%
Campus Feliz	184.846,00	3,70%	148.375,00	3,64%	24,58%
Campus Farroupilha	152.680,90	3,06%	141.813,12	3,48%	7,66%
Campus Ibirubá	152.295,00	3,05%	101.104,00	2,48%	50,63%
Campus Vacaria	106.133,00	2,13%	66.860,00	1,64%	58,74%
Reitoria	25.899,00	0,52%	36.948,00	0,91%	-29,90%
Total	4.994.303,06	100%	4.073.075,85	100%	23%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Tabela 24 - Demonstração das Variações Patrimoniais

	R\$			
	30/06/2018	30/06/2017	Var.	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	251.449.099,08	209.873.067,85	41.576.031,23	19,81%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	349.018,97	1.035.511,22	- 686.492,25	-66,30%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.800,09	3.557,78	- 1.757,69	-49,40%
Transferências e delegações recebidas	222.031.115,11	207.602.260,01	14.428.855,10	6,95%
Valorização e ganhos com ativos	28.855.477,18	1.067.047,67	27.788.429,51	2604,24%
Outras VPAs	211.687,73	164.691,17	46.996,56	28,54%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	236.018.101,28	212.366.958,07	23.651.143,21	11,14%
Pessoal e encargos	160.096.155,27	143.511.276,44	16.584.878,83	11,56%
Benefícios previdenciários e assistenciais	14.475.229,99	13.523.526,39	951.703,60	7,04%
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	25.816.207,02	23.345.435,33	2.470.771,69	10,58%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17.614,25	10.364,91	7.249,34	69,94%
Transferências e delegações concedidas	23.946.101,97	27.405.317,53	- 3.459.215,56	-12,62%
Desvalorização e perda de ativos	5.930.640,22	182.434,92	5.748.205,30	3150,83%
Tributárias	59.988,84	33.100,19	26.888,65	81,23%
Outras VPDs	5.676.163,72	4.355.502,36	1.320.661,36	30,32%
Resultado Patrimonial	15.430.997,80	- 2.493.890,22	17.924.888,02	

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o resultado positivo com o item Valorização e Ganhos com Ativos, em um montante de R\$ 27,78 milhões, (2.604,24%), pela reavaliação de diversos imóveis com destaques na Reitoria, Campus Erechim, Restinga, Rio Grande e Canoas, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas, observa-se que a VPD de Pessoal e encargos apresentou um aumento de R\$ 16,58 milhões (11,56%), quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O mesmo fato foi visualizado na VPD Desvalorização e Perda de Ativos, com aumento de R\$ 5,74 milhões (3.150,83%), decorrentes de baixa de construções em andamento nos Campus Restinga e Canoas, relativos às obras de construção do pórtico/guarita e prédio da biblioteca respectivamente.

Isto posto, conclui-se que, até junho/2018, houve uma melhora do resultado patrimonial, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, passando de negativo em R\$ 2,5 milhões para positivo em R\$ 1 milhões, conforme Tabela 24, impactado principalmente pela Reavaliação de Bens Imóveis, conforme observado na Tabela 20.

13 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o segundo trimestre de 2018 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 368 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 376 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas alcançou cerca de 91,21% da dotação atualizada, de R\$ 413 milhões, até o segundo trimestre de 2018, lembrando que, no primeiro trimestre, 45,49% desses empenhos já haviam sido realizados.

A realização de receitas até o 2º trimestre alcançou 30,91% da previsão atualizada de arrecadação, evidenciando que a execução de despesas ocorreu em ritmo superior ao da realização de receitas.

Receitas

As receitas realizadas até o segundo trimestre de 2018, em comparação com as do mesmo período de 2017, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

Tabela 25 - Receitas Realizadas - Composição

	R\$		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Receitas Correntes	368.543,45	1.195.219,28	-69%
Receitas de Capital	-	11.285,50	-100%
Refinanciamento	-	-	#DIV/0!
Total	368.543,45	1.206.504,78	-69%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Comparando-se as receitas realizadas até o segundo trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017, percebe-se uma involução de aproximadamente 69% na arrecadação de receitas correntes.

A involução observada importa em aproximadamente R\$ 826 mil, afetando o desempenho da arrecadação que pode ser demonstrada conforme tabela abaixo:

Tabela 26 - Receitas Realizadas - Composição

	R\$		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Receita Patrimonial	60.059,61	54.072,41	11%
Receita Agropecuária	173.961,23	140.443,34	24%
Receita Industrial	15.989,00	3.912,01	309%
Receita de Serviços	105.935,44	832.100,35	-87%
Outras Receitas Correntes	12.598,12	164.691,17	-92%
Transferências de Capital	-	11.285,50	-100%
Total	368.543,40	1.206.504,78	-69%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Ponderados os aumentos verificados em outras origens, percebe-se que a variação verificada foi afetada principalmente pela arrecadação de Receita de Serviços e Outras Receitas Correntes, cujas reduções foram respectivamente de R\$ 726 e R\$ 152 mil.

Conforme evidenciado na tabela anterior, cerca de 47,20% das receitas arrecadadas até o segundo trimestre de 2018, ou seja, R\$ 173,96 mil, refere-se à realização de Receita Agropecuária.

A segunda maior origem desta categoria econômica é aquela decorrente da arrecadação de Receita de Serviços, originada de serviços administrativos e comerciais gerais, os quais montam a quantia de aproximadamente R\$ 105,9 mil. Pela tabela anterior, pode ser percebido que, até o segundo trimestre de 2018, a arrecadação de Receita de Serviços diminuiu cerca de R\$ 726 mil em relação ao mesmo período de 2017, evidenciando um decréscimo de aproximadamente 87%, sendo esta tomando-se por base a referência de valor, a principal involução da receita verificada no comparativo entre os dois períodos.

Na tabela a seguir, é evidenciada a composição da arrecadação de Receita Agropecuária, tendo como base os fatos geradores desta arrecadação.

Tabela 27 - Receita Agropecuária Realizada - Composição

	R\$		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Receita da produção vegetal	89.473,99	22.395,99	300%
Receita da produção animal e derivados	84.487,24	140.443,34	-40%
Total	173.961,23	162.839,33	7%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Na tabela a seguir, constata-se que a arrecadação de recursos com Receita de Serviços decorreu principalmente de serviços de hospedagem e alimentação.

Tabela 28 - Receita de Serviços Realizada - Composição

	R\$		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Serviços administrativos	13.851,60	1.257,00	1002%
Serviços Agropecuários	5,00	-	#DIV/0!
Serviços de hospedagem e alimentação	69.820,00	54.055,10	29%
Serviços de estudos e pesquisas	14.308,84	1.575,58	808%
Taxa de inscrição em concurso público	7.950,00	497.761,88	-98%
Taxa de inscrição em Vestibular	-	277.450,79	-100%
Total	105.935,44	832.100,35	-87%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia aproximada de R\$ 377 milhões, enquanto que no mesmo período de 2017, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 335 milhões.

Semelhante ao segundo trimestre de 2016, contribuiu de forma preponderante para este número o empenho de despesas correntes, o qual perfaz aproximadamente 99% de toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 29 - Despesas Empenhadas - Composição

	R\$ mil		
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Despesas Correntes	374.020	331.168	13%
Despesas de Capital	2.650	3.741	-29%
Total	376.670	334.909	12%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

As despesas correntes empenhadas com maior preponderância no universo da referida categoria econômica referem-se ao grupo de natureza da despesa intitulado “Pessoal e Encargos Sociais”, o qual montou a quantia aproximada de R\$ 324 milhões.

Tabela 30 - Despesas Correntes - Composição

			R\$ mil
	30/06/2018	30/06/2017	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	324.513	284.878	14%
Outras Despesas Correntes	49.507	46.289	7%
Total	374.020	331.168	13%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

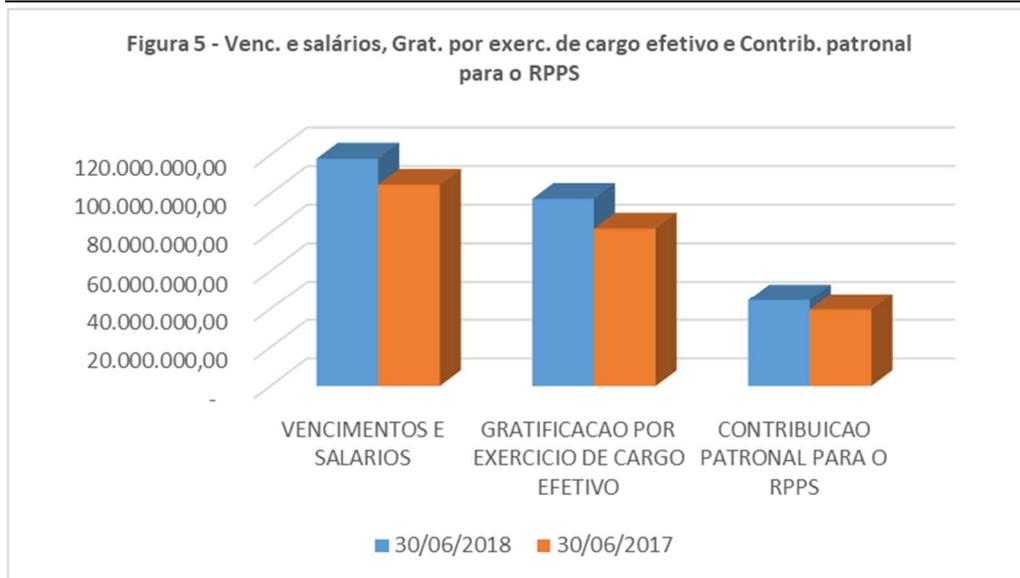
Segundo informações extraídas do SIAFI, o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é constituído dos seguintes elementos de despesa:

Tabela 31 - Pessoal e Encargos Sociais - Composição

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	30/06/2017	AV (%)	AH (%)
VENCIMENTOS E SALARIOS	118.157.706,73	36,41%	104.644.764,55	36,73%	12,91%
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	97.370.991,60	30,01%	81.980.767,80	28,78%	18,77%
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	44.705.999,00	13,78%	39.697.095,00	13,93%	12,62%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	12.649.876,59	3,90%	14.468.426,78	5,08%	-12,57%
13º SALARIO	9.510.451,76	2,93%	10.332.523,85	3,63%	-7,96%
FERIAS - 1/3 CONSTITUCIONAL	8.678.341,13	2,67%	2.960.644,67	1,04%	193,12%
SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	8.566.243,75	2,64%	6.836.485,49	2,40%	25,30%
GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGO EM COMISSAO	5.834.456,91	1,80%	5.676.696,60	1,99%	2,78%
PENSOES CIVIS	3.689.359,39	1,14%	3.488.103,47	1,22%	5,77%
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	2.882.957,10	0,89%	2.762.345,16	0,97%	4,37%
OBRIGACOES PATRONAIS	1.840.499,38	0,57%	1.784.938,73	0,63%	3,11%
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO PESSOAL CIVIL	1.758.004,60	0,54%	2.163.351,24	0,76%	-18,74%
CONTRIBUICAO PATRONAL - FUNPRESP LEI 12618/12	1.187.184,55	0,37%	648.847,40	0,23%	82,97%
13º SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO	969.530,29	0,30%	323.355,79	0,11%	199,83%
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS DA APF	805.000,00	0,25%	1.138.755,14	0,40%	-29,31%
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	749.984,13	0,23%	675.705,12	0,24%	10,99%
FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	637.401,89	0,20%	460.000,00	0,16%	38,57%
SUBSTITUICOES	630.778,46	0,19%	560.000,00	0,20%	12,64%
GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	610.595,84	0,19%	667.760,52	0,23%	-8,56%
FERIAS VENCIDAS/PROPORCIONAIS - CONTRATO TEMPORARIO	497.846,08	0,15%	855.299,28	0,30%	-41,79%
ABONO DE PERMANENCIA	441.915,83	0,14%	451.728,24	0,16%	-2,17%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	435.522,34	0,13%	211.083,17	0,07%	106,33%
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	433.592,34	0,13%	432.507,92	0,15%	0,25%
VANTAGENS PERM.SENT.JUD.TRANS.JULGADO - CIVIL	206.457,40	0,06%	274.257,36	0,10%	-24,72%
SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT INAT CIVIL	204.570,57	0,06%	258.046,80	0,09%	-20,72%
VANTAGENS PERMANENTES SENT.TRANSIT.JULG.CIVIL	198.168,24	0,06%	281.928,35	0,10%	-29,71%
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL - CONTRATO TEMPORARIO	172.362,38	0,05%	216.533,80	0,08%	-20,40%
13 SALARIO - PENSOES CIVIS	159.995,15	0,05%	144.540,34	0,05%	10,69%
SENT.JUD.NAO TRANS JULG CARAT CONT AT CIVIL	115.318,20	0,04%	156.878,64	0,06%	-26,49%
INCORPORACOES	64.293,48	0,02%	80.487,84	0,03%	-20,12%
RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	62.691,40	0,02%	17.627,47	0,01%	255,65%
OBRIGACOES PATRONAIS	50.005,76	0,02%	2.351,95	0,00%	2026,14%
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	42.497,96	0,01%	57.548,52	0,02%	-26,15%
INDENIZACAO EM DECORRENCIA DE ADESAO AO PDV - PROGRA	27.542,40	0,01%	-	0,00%	-
GRATIFICACAO/ADICIONAL DE LOCALIZACAO	27.243,72	0,01%	29.663,88	0,01%	-8,16%
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	23.835,81	0,01%	-	0,00%	-
COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIAS - PES CIVIL	23.252,83	0,01%	24.086,01	0,01%	-3,46%
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	21.493,49	0,01%	1.297,77	0,00%	1556,19%
ADICIONAL NOTURNO	21.104,64	0,01%	22.147,44	0,01%	-4,71%
COMPLEMENTACAO DE PENSOES - PESSOAL CIVIL	15.966,50	0,00%	18.697,12	0,01%	-14,60%
SENTENCAS JUDICIAIS	15.933,56	0,00%	1.273,39	0,00%	1151,27%
ADICIONAL NOTURNO DE CONTRATO TEMPORARIO	7.621,79	0,00%	8.707,79	0,00%	-12,47%
INDENIZACAO º 2º ART.12 LEI 8.745/93	5.290,83	0,00%	58.128,50	0,02%	-90,90%
FERIAS PAGAMENTO ANTECIPADO - CONTRATOS TEMPORARIOS	3.436,27	0,00%	2.614,32	0,00%	31,44%
MULTAS INDEDUTIVEIS	-	0,00%	291,92	0,00%	-100,00%
Total	324.513.322,07	100%	284.878.295,13	100%	14%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Pela tabela acima, percebe-se que o grupo de natureza da despesa "Pessoal e Encargos Sociais" teve um crescimento de cerca de 14% no segundo trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, evidenciando uma evolução no empenho de despesas da ordem de R\$ 38 milhões, destacando-se os vencimentos e salários (aumento de R\$ 13,5 milhões), gratificação por exercício de cargo efetivo (aumento de R\$ 15,4 milhões) e contribuição patronal para o RPPS (aumento de R\$ 5 milhões) que perfazem, também, o grupo de despesas com maior participação no rol de empenhos de Pessoal e Encargos Sociais, conforme evidenciado no gráfico abaixo:



Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

A variação total das três naturezas de despesas supracitadas soma R\$ 34 milhões, equivalente a 85% da variação verificada no total do grupo Pessoal e Encargos Sociais.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se as despesas com Auxílio-alimentação Cívica, cujos empenhos no período somaram R\$ 10,5 milhões, e as Bolsas de Estudo no País, cuja soma foi de R\$ 6,26 milhões, 4% maior que a soma empenhada no mesmo período do exercício anterior, conforme observado na tabela que segue:

Tabela 32 - Outras Despesas Correntes - Composição

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	30/06/2017	AV (%)	AH (%)
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	10.507.943,33	21,23%	10.423.858,02	22,52%	0,81%
BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	6.260.285,43	12,65%	6.015.258,70	12,99%	4,07%
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	4.478.447,88	9,05%	4.099.551,62	8,86%	9,24%
LIMPEZA E CONSERVACAO	3.701.022,41	7,48%	3.619.269,46	7,82%	2,26%
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	2.881.874,05	5,82%	3.151.195,16	6,81%	-8,55%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	2.560.416,88	5,17%	2.261.756,79	4,89%	13,20%
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	2.477.229,40	5,00%	2.003.090,67	4,33%	23,67%
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	2.208.763,69	4,46%	1.893.840,22	4,09%	16,63%
AUXILIO-CRECHE CIVIL	1.494.582,00	3,02%	1.446.423,00	3,12%	3,33%
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	1.031.473,27	2,08%	466.088,57	1,01%	121,30%
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	756.093,83	1,53%	502.990,98	1,09%	50,32%
AUXILIO-ALIMENTACAO	717.006,67	1,45%	748.093,54	1,62%	-4,16%
DIARIAS NO PAIS	655.038,47	1,32%	337.085,97	0,73%	94,32%
SERV.MEDICO-HOSPITAL,ODONTOLE LABORATORIAIS	650.585,37	1,31%	473.007,65	1,02%	37,54%
SERVICOS DOMESTICOS	590.446,22	1,19%	498.676,79	1,08%	18,40%
MATERIAL DESTINADO A ASSISTENCIA SOCIAL	577.671,06	1,17%	301.905,44	0,65%	91,34%
AUXILIO A PESQUISADORES	539.179,83	1,09%	263.723,71	0,57%	104,45%
AUXILIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	512.921,50	1,04%	276.626,00	0,60%	85,42%
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	491.330,98	0,99%	612.860,68	1,32%	-19,83%
AUXILIO-TRANSPORTE	388.718,97	0,79%	335.363,42	0,72%	15,91%
PASSAGENS PARA O PAIS	357.930,07	0,72%	114.830,97	0,25%	211,70%
LOCACAO DE IMOVEIS	314.752,95	0,64%	480.402,26	1,04%	-34,48%
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	300.083,76	0,61%	309.659,00	0,67%	-3,09%
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	295.528,64	0,60%	189.462,37	0,41%	55,98%
ESTAGIARIOS	295.265,00	0,60%	390.572,70	0,84%	-24,40%
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	264.035,98	0,53%	266.713,53	0,58%	-1,00%
RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES	251.288,10	0,51%	332.253,37	0,72%	-24,37%
GENEROS DE ALIMENTACAO	230.248,73	0,47%	396.112,94	0,86%	-41,87%
INDENIZACAO DE MORADIA - PESSOAL CIVIL	224.760,00	0,45%	191.320,85	0,41%	17,48%
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	213.901,52	0,43%	406.304,59	0,88%	-47,35%
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	209.842,80	0,42%	234.850,56	0,51%	-10,65%
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.067.842,05	6,20%	3.246.291,64	7,01%	-5,50%
Total	49.506.510,84	100%	46.289.441,17	100%	7%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Ainda em relação às despesas, percebe-se que o empenho de despesas com obras em andamento (despesas de capital) montou o valor de R\$ 2,25 milhões, correspondendo tal cifra a aproximadamente 85% de toda a despesa de capital empenhada no período em questão, conforme demonstrado na tabela que segue:

Tabela 33 - Despesas de Capital - Composição

	R\$				
	30/06/2018	AV (%)	30/06/2017	AV (%)	AH (%)
OBRAS EM ANDAMENTO	2.251.260,82	84,95%	3.115.966,51	83,30%	-27,75%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	135.118,75	5,10%	-	0,00%	
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSO:	115.835,93	4,37%	2.991,00	0,08%	3772,82%
AUXILIO/BOLSA A PESQUISADORES	44.145,40	1,67%	3.570,00	0,10%	1136,57%
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	23.496,60	0,89%	-	0,00%	
ESTUDOS E PROJETOS	14.950,00	0,56%	-	0,00%	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	11.746,58	0,44%	16,17	0,00%	72544,28%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	11.637,00	0,44%	-	0,00%	
AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	7.986,00	0,30%	-	0,00%	
FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	7.534,80	0,28%	-	0,00%	
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	6.761,99	0,26%	-	0,00%	
MOBILIARIO EM GERAL	6.375,88	0,24%	32.314,84	0,86%	-80,27%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.940,00	0,22%	2.863,20	0,08%	107,46%
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	4.462,80	0,17%	480,00	0,01%	829,75%
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	1.935,98	0,07%	-	0,00%	
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	896,00	0,03%	-	0,00%	
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	-	0,00%	1.200,00	0,03%	-100,00%
INSTALACOES	-	0,00%	353.393,11	9,45%	-100,00%
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	-	0,00%	12.826,11	0,34%	-100,00%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	-	0,00%	9.423,20	0,25%	-100,00%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	-	0,00%	21.847,20	0,58%	-100,00%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCOR	-	0,00%	1.168,00	0,03%	-100,00%
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	-	0,00%	180.460,00	4,82%	-100,00%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIC	-	0,00%	901,00	0,02%	-100,00%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	0,00%	1.398,65	0,04%	-100,00%
Total	2.650.084,53	100%	3.740.818,99	100%	-29%

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017

Por fim, na tabela a seguir é apresentada a conciliação entre o montante disponível para a abertura de créditos e o montante da dotação atualizada.

Tabela 34 - Conciliação entre Receita e Despesa Orçamentária

	R\$	
	30/06/2018	30/06/2017
Previsão inicial da Receita	1.192.392,00	1.260.538,00
Dotação Atualizada	- 413.008.329,00	- 374.831.010,00
Limite Disponível no Período	- 411.815.937,00	- 373.570.472,00

Fonte: SIAFI, 2018 e 2017